
José Manuel Brandão, Liliana Póvoas e César Lopes

Geologia colonial: o protagonismo do museu da “Politécnica de Lisboa”

Aviso

O conteúdo deste website está sujeito à legislação francesa sobre a propriedade intelectual e é propriedade exclusiva do editor.

Os trabalhos disponibilizados neste website podem ser consultados e reproduzidos em papel ou suporte digital desde que a sua utilização seja estritamente pessoal ou para fins científicos ou pedagógicos, excluindo-se qualquer exploração comercial. A reprodução deverá mencionar obrigatoriamente o editor, o nome da revista, o autor e a referência do documento.

Qualquer outra forma de reprodução é interdita salvo se autorizada previamente pelo editor, excepto nos casos previstos pela legislação em vigor em França.

revues.org

Revues.org é um portal de revistas das ciências sociais e humanas desenvolvido pelo CLÉO, Centro para a edição eletrónica aberta (CNRS, EHESS, UP, UAPV - França)

Referência eletrônica

José Manuel Brandão, Liliana Póvoas e César Lopes, « Geologia colonial: o protagonismo do museu da “Politécnica de Lisboa” », *MIDAS* [Online], 5 | 2015, posto online no dia 04 Dezembro 2015, consultado no dia 07 Dezembro 2015. URL : <http://midas.revues.org/804> ; DOI : 10.4000/midas.804

Editor: Alice Semedo, Raquel Henriques da Silva, Paulo Simões Rodrigues, Pedro Casaleiro

<http://midas.revues.org>

<http://www.revues.org>

Documento acessível online em:

<http://midas.revues.org/804>

Documento gerado automaticamente no dia 07 Dezembro 2015.

© Revistas MIDAS

José Manuel Brandão, Liliana Póvoas e César Lopes

Geologia colonial: o protagonismo do museu da “Politécnica de Lisboa”

A sede de um Império Colonial grandioso não pode deixar de expor a representação da riqueza do seu subsolo no seu Museu Nacional que os mais eminentes colonialistas contemporâneos não esqueceram. (Costa 1938a)

Introdução

- 1 Na segunda metade do século XIX, pressionado pelas ambições expansionistas de outras potências e pelas decisões políticas dos fóruns internacionais, Portugal viu-se forçado a investir na “ocupação científica” das suas possessões ultramarinas. Abriram-se, então, novas vias para aferição da “riqueza” dos recursos naturais sobre os quais se alimentavam grandes expectativas, remetendo à metrópole coleções de minérios e rochas, fonte preciosa de informação geológica que serviu de base a diversas publicações pioneiras.
- 2 A investigação científica das antigas colónias foi desde então considerada assunto de particular importância abrindo a discussão à criação de instituições dedicadas à preservação dessas coleções, à semelhança do que haviam feito os Países Baixos com a criação em 1864 do Museu de Haarlem, e a Bélgica, com a criação em 1882 do embrião do Museu do Congo Belga (atual Musée Royal d’Afrique Centrale), reinstalado em Tervuren em 1897. Refira-se a este propósito que no desenvolvimento deste processo a instituição museu, já ao tempo considerada e reconhecida como instituto de investigação científica e sede de culto do documento e do rigor, tende a acrescentar aos valores Razão e Civilização, também o valor Império, constituindo-se nesta expressão como testemunho da autoridade e da ocupação territorial das potências coloniais. Nas instituições museológicas com uma história longa, não só se pode retirar informação científica dos exemplares como – considerados, individualmente ou no contexto de coleções, numa perspetiva mais ampla – informação sobre a história da ciência ou sobre factos históricos (Póvoas e Lopes 2010, 385).
- 3 Apesar de repetidamente discutida, a constituição de um “Museu Colonial Português” com salas dedicadas aos diferentes ramos das Ciências Naturais e Humanas, onde brilhasse «o heroísmo da descoberta e da conquista» lado a lado com salas de «interesse económico de puro aspecto científico» (Júnior 1940, 7), nunca passou da intenção. Pode dizer-se que de entre as áreas disciplinares que se perfilavam figurar nesse museu, além da botânica, assumida no início do século XX com a criação do Jardim Colonial, apenas a etnografia viu concretizados tais anseios, nas universidades de Coimbra (*Museu Ethnographico* do Instituto de Antropologia) e do Porto (Sala de Antropologia Colonial), mercê das coleções reunidas por iniciativa dos respetivos docentes. Em 1965, pela persistência de Jorge Dias (1907-1973), criou-se em Lisboa o Museu de Etnologia do Ultramar (atual Museu Nacional de Etnologia).
- 4 O desígnio de criação de um “Museu de Geologia Colonial” que concatenasse as coleções ultramarinas existentes e promovesse novas recolhas e estudos geológicos nesses territórios, embora anunciado no jornal oficial, não se concretizou. Em contrapartida, o Museu Mineralógico e Geológico, secção do então Museu Nacional de História Natural (actualmente Museu Nacional de História Natural e da Ciência - MUHNAC) sediado na antiga Escola Politécnica de Lisboa (Faculdade de Ciências desde 1911), assumiu esse protagonismo, com a organização de uma sala inteiramente dedicada a estas coleções, contribuindo, assim, de forma decisiva para o estudo e divulgação da geologia colonial portuguesa.

Geologia e recursos minerais

- 5 A geologia das colónias esteve sempre presente na agenda da expansão portuguesa, pela pesquisa e exploração dos recursos minerais. Refiram-se, como exemplos paradigmáticos, a colonização do Brasil iniciada, por assim dizer, com a exploração do ouro e das pedras

preciosas (século XVIII), e as expedições a Moçambique e Angola, para pesquisa e exploração de ouro, ferro e cobre (século XIX).

- 6 Apesar das iniciativas de Sá da Bandeira (1795-1876) para reforçar a presença portuguesa em África, nem todas as diligências foram coroadas de sucesso, pois o Brasil era prioridade absoluta. Só na segunda metade de XIX foi incrementada a atividade mineira nas colónias africanas, face ao interesse das potências europeias por aqueles territórios, legitimado pelas conferências de Bruxelas e de Berlim que deixaram Portugal numa posição de grande vulnerabilidade, agravada pela crise financeira interna que obrigou a interromper as campanhas em África (Lucas 1993, 306).
- 7 A definição de novas políticas de fomento colonial deveu-se a Andrade Corvo (1824-1890), que, entre 1871 e 1878, acumulou a pasta dos Negócios Estrangeiros com a da Marinha e Ultramar, e à entrada em cena da Sociedade de Geografia de Lisboa que se tornaria «o fulcro do renascimento colonial» (Lucas 1993, 308), chamando a atenção para as questões do Império.

A cultura da sciencia geologica impõe-se nas colonias, quer sob o ponto de vista theorico e scientifico, quer sob o ponto de vista das suas applicações na pratica. Sob o ponto de vista theorico e scientifico, não pôde nem deve a nação colonizadora [...] deixar de concorrer com os resultados isolados do seu estudo nas regiões onde domina, para o conhecimento crescente da sciencia geologica da Terra. (Diniz 1911, 235)

Museus e fomento colonial

- 8 Por portaria de março de 1857, os governos-gerais das colónias foram encarregados de constituir museus de madeiras, minerais e outros produtos naturais com interesse económico. Esta disposição encontrou eco durante o exercício de Mendes Leal (1820-1886) à frente do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, ao entender que as exposições agrícolas e industriais nesses territórios eram «um dos mais seguros modos de incitar e desenvolver os recursos dos povos e dos estados» (Portaria de 26 de setembro de 1864). A sua organização foi cometida à Direção Geral do Ultramar (Decreto de 29 de dezembro de 1868), também encarregada de promover e coordenar as explorações científicas nesses territórios, atividades prolongadas na criação do Museu Colonial aberto em Lisboa em 15 de maio de 1870, no Arsenal de Marinha, que dispunha de uma secção dedicada aos produtos geológicos. A orientação programática deste estabelecimento inseria-se no movimento oitocentista que procurava conferir aos museus um papel de fomento (Gouveia 1997, 71), considerando-os como um dos mais eficientes meios de tornar conhecidos os produtos coloniais, facilitando a sua procura e comercialização. Este museu seria encerrado em março de 1892 e as depauperadas coleções, a avaliar pelo comentário do capitão Rego Lima (1854-1901), inspetor de minas, confiadas à Sociedade de Geografia que mantinha, desde a sua fundação, um museu dedicado ao ultramar (Decreto de 10 de março de 1892).

As colecções do museu colonial seriam sem duvida melhores se não tivessem servido, varias vezes para figurar em exposições no estrangeiro, tendo como consequência perder-se um grande numero de etiquetas, o que retirou o valor dos exemplares. Outras com interesse industrial não estão acompanhadas de indicações suficientes quer sobre os locais de proveniencia, quer sobre as condições dos jazigos. (Lima 1892, 6)

- 9 Com os dois acervos, a Sociedade de Geografia constituiu o Museu Colonial e Etnográfico, ainda em atividade, que manteve, durante décadas, uma secção dedicada à geologia do ultramar que incorporou, as coleções do Barão Hermann de Barth (1845-1876), delegado do governo para o estudo científico de Angola, as de Rego Lima, obtidas no estrangeiro e durante as suas viagens de inspeção no continente, ao serviço da Repartição de Minas, e outros materiais oferecidos pelos sócios.
- 10 A Sociedade não dispunha, contudo, de um corpo técnico dedicado e permanente que assegurasse a gestão das coleções e que, de uma forma institucional e multidisciplinar, permitisse ampliar os estudos e as expedições no ultramar. Tais factos terão certamente contribuído para trazer à discussão, no 1.º Congresso Colonial realizado sob égide da Sociedade (1901), o tema da criação de um “verdadeiro” museu colonial. A tese foi trazida pela voz e pela pena do relator Conde de Penha Garcia (1872-1940), que ia mais longe ao considerar

que além de “colaboradores inteligentes” no estreitamento de relações entre a metrópole e as colónias, estes museus deveriam ser também «instrumentos de educação pública, auxiliares do ensino colonial [...] e centros de divulgação e informação», aliando finalidades educativas e práticas (Garcia 1901, 5).

- 11 Esta discussão terá certamente colhido eco entre o pessoal científico da Comissão Geológica do Reino, instalada desde 1859 no edifício da Academia Real das Ciências, para onde vinham a convergir ofertas de rochas, fósseis e minerais, sobretudo de Angola e Moçambique, enviadas por missionários e por autoridades civis e militares que ali prestavam serviço (Brandão 2010, 188). O crescendo de incorporações e o seu ineditismo levou Nery Delgado (1835-1908), diretor da Comissão, a propor a criação de uma sala dedicada à geologia colonial no seio do museu instalado na sua sede, iniciativa que veio a contar com o apoio incondicional, mas descontinuado, do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar.
- 12 Aberta em 1905, a Sala de Geologia Colonial da Comissão Geológica manteve-se até meados dos anos 1960; todavia, volvidos os tempos em que estas coleções foram base de algumas publicações sobre a geologia de África, assinadas por Paul Choffat (1849-1919), a necessidade de concentrar os recursos no estudo e cartografia do território metropolitano, desviou a atenção daqueles materiais.

Herança e crescimento do Museu Nacional de Lisboa

- 13 Por determinação de D. Maria II, o Real Museu da Ajuda (História Natural) foi transferido para a Academia das Ciências de Lisboa onde estava em constituição um museu para reunir «as riquezas naturais dos domínios portugueses» (Decreto de 27 de agosto de 1836).
- 14 No sentido de estimular o enriquecimento das coleções, em 1848 foi ordenada, aos governadores das colónias, a remessa de exemplares zoológicos para o gabinete de História Natural da Academia, determinação alargada pela Circular do Ministério dos Negócios da Marinha de 18 de Fevereiro de 1850, às produções minerais e vegetais. Esta última aditava um conjunto de instruções práticas preparadas pela Universidade de Coimbra para orientar a colheita, preparação e remessa desses produtos para os museus da metrópole (Brandão 2013a, 80). Operava-se assim «a renascença do Museu [Nacional] de Lisboa» (Ferreira 1892, 350).
- 15 Por dificuldades da Academia, em 1858, o museu foi transferido para a Escola Politécnica (Decreto de 9 de março de 1858), acedendo assim, às repetidas solicitações dos seus docentes, na presunção de que seria «mais económico e muito útil para o estudo que as coleções pudessem estar todas reunidas e dispostas em estado de poderem ser consultadas» (Ribeiro 1879, 209). Definitivamente instalado em 1862, tomou a designação de Museu Nacional de Lisboa, repartindo-se em duas secções, Mineralógica e Zoológica, em que pontificaram, respetivamente, Pereira da Costa (1809-1889) e Barbosa du Bocage (1823-1907) (Decreto de 13 de janeiro de 1862).² Após a instalação, as coleções de geologia foram organizadas de acordo com as três divisões fundamentais: mineralogia, paleontologia e petrologia (Póvoas et al. 2011, 22).
- 16 As coleções transladadas integravam além dos exemplares da Ajuda, nomeadamente os recolhidos no Brasil durante as *viagens philosophicas*, as aquisições, colheitas e doações de académicos e particulares, entre as quais a de D. Maria Leopoldina (1797-1826), primeira imperatriz-consorte do Brasil, que mandou da corte do Rio de Janeiro vários minérios recolhidos para o seu museu particular (Ferreira 1892, 347). Paralelamente registava-se também a entrada de produtos zoológicos, botânicos e mineralógicos, remetidos pelos “delegados científicos” do museu em missões de estudo ao ultramar, iniciadas em 1853 pelo botânico Friedrich Welwitsch (1806-1872).³
- 17 A *Notícia das coleções...* (1868) do naturalista Xavier de Almeida (?-1881) fornece uma primeira indicação, se bem que lacónica, sobre as peças coloniais depositadas no museu da Politécnica. Aí se referem as “coleções reais” de minerais doadas em 1863 por D. Luiz I, e a “Coleção de minerais de Portugal e das colónias” proveniente da Academia das Ciências. A estas vieram juntar-se as petrificações remetidas por José de Anchieta (1832-1897), enviado pelo Museu Nacional a Angola, onde viajou intensamente (1866-1897), realizando inúmeras

colheitas de botânica e zoologia e fazendo algumas observações de geologia, para o que obteve o expresso consentimento de Barbosa du Bocage, a quem reportava⁴.



Fig. 1A – Fósseis de Angola: A – *Inoceramus langi* (bivalve) da Barra do Dande, descrito por Paul Choffat em 1905. Acervo do MUHNAC

© MUHNAC, José Vicente, 2013



Fig. 1B – *Schloenbachia* sp. (amonite) do Cretácico de Catumbela, coleção Missão Geológica de Angola. Acervo do MUHNAC

© MUHNAC, José Vicente, 2013

18 Também Francisco Newton (1864-1909), naturalista, ofereceu à Secção Mineralógica do Museu Nacional uma coleção de rochas básicas, argilas, areias e conglomerados das ilhas de S. Tomé e Príncipe (Costa 1936, 78), para onde fora enviado em 1885, pelo ministro Pinheiro Chagas (1842-1895), a fim de estudar a fauna das ilhas.

19 Com as missões geológico-mineiras a Moçambique e a Angola do general Alfredo Freire de Andrade (1859-1929), engenheiro de minas e lente da escola Politécnica, e a sua viagem às minas de ouro da África do Sul, reforçaram-se as coleções africanas do museu. As suas ligações ao mundo da política colonial foram também determinantes para que, desde então, não mais cessassem as incorporações de amostras dos territórios ultramarinos (v. tabela I).

Tabela I - Principais coleções coloniais do Museu Mineralógico e Geológico antes do incêndio de 1978

Entrada	Coletores	Descrição
1872	Não identificados	Produtos das diversas regiões mineiras de Angola
1884	Freire de Andrade	Minerais e rochas de Moçambique
1892	Francisco Newton	Rochas de S. Tomé e Príncipe
1893	Freire de Andrade	Rochas e minerais de Manica (Moçambique)
1896	Eduardo Neuparth e Hugo de Lacerda	Fósseis da Baía de Lobito e do Bom Jesus (Angola)
1898	Francisco Newton	Rochas de Cabo Verde
1898	Rego Lima	Rochas, fósseis e minerais de Angola
[18-?]	Rodrigues Braga	Rochas de Moçambique
[18-?]	F.W. Voit	Minérios cupríferos de Bembe e Zenza do Itombe
1904	Pereira do Nascimento	Rochas e Minerais e de Moçâmedes
1917	Mascarenhas Inglês	Rochas e fósseis de Timor
[192-?]	Freire de Andrade	Rochas de Moçambique (2.ª remessa)
1920	Bacelar Bebiano	Coleção de 82 exemplares recolhidos no sul de Angola
1926	Missão Geológica de Angola	Coleções estratigráfica, litológica e paleontológica
1927	Bacelar Bebiano (Missão Geográfica de Cabo Verde)	Coleção de conchas subfósseis de Santiago
1928	Companhia dos Diamantes de Angola	Diamantes da Lunda e de satélites do diamante
1931	Bacelar Bebiano (Missão Geográfica de Cabo Verde)	Conchas subfósseis de Santiago
1932	Bacelar Bebiano (Missão Geográfica de Cabo Verde)	Coleção litológica, fotografias e lâminas delgadas
1932	Rev.º Miranda Magalhães	Rochas da Guiné
1934	Missão Geográfica de Moçambique	Coleção litológica de Tete
[1934-35]	Repartição de Minas e Serviços Geológicos de Moçambique	Rochas do Barué
1935	Rev.º Miranda Magalhães	Amostras da Guiné
[1935?]	Bacelar Bebiano (Missão Geográfica de Moçambique)	Rochas e minerais de Tete
1937	Artur do Canto Resende (Missão Geográfica de Timor)	Rochas de Timor
[194-?]	Carlos Freire de Andrade	Diamantes da “África Alemã” e África do Sul
1943	Gabriel Prior (Missão Geográfica de Angola)	Rochas de Angola
1948	Ruy Cinatti	Rochas e fósseis de Timor

1951	Carlos Torre de Assunção	Rochas de Cabo Verde (Fogo)
1953	Mendes Correia/Ruy Cinatti (Missão Antropológica de Timor)	Rochas de Timor
1956	Carlos Pinto Coelho	Rochas de Moçambique
1961	Carlos Teixeira (Brigada Geológica da Índia)	Rochas da Índia

- 20 Em 1898, foi incorporada a coleção de amostras colhidas por Rego Lima durante a missão às minas de Cassinga (Angola), parte da qual foi posteriormente transferida para o museu da Comissão Geológica, vindo a ser estudada por Francisco Pereira de Sousa (1870-1931), membro da Comissão e docente da recém-criada Faculdade de Ciências de Lisboa, durante os estágios que efetuou em Paris com Alfred Lacroix (Brandão 2010b, 118).
- 21 O início do novo século seria pontuado pela incorporação de amostras através da Direção Geral do Ultramar. De Angola, chegaria uma pequena coleção organizada pelo médico da Armada, Pereira do Nascimento, nomeado após a morte de Anchieta (setembro de 1897), para realizar estudos naturalísticos da região de Moçâmedes, trabalhos que já vinha fazendo desde maio de 1894 (Silva 1939, 15).
- Fui encarregado de proceder ao estudo das riquezas mineralógicas da provincia, enviando [...] amostras numeradas e catalogadas das zonas mineiras que percorrer, indicando com a exactidão possível a situação dos jazigos e filões, cuja natureza, riqueza e condições de exploração possam concorrer para melhor valorizar os terrenos [...] das regiões percorridas. (Nascimento 1904, 453)
- 22 De Timor, chegaria em 1917 uma coleção de rochas e fósseis preparada pelo oficial de engenharia Mascarenhas Inglês (1884-1973) durante a sua comissão de serviço naquela ilha (Brandão 2013b, 1).
- 23 A partir de 1926 entram no “Mineralógico”⁵ centenas de amostras de Angola recolhidas nos trabalhos da Missão Geológica criada em 1921 pelo então Alto Comissário Norton de Matos (1867-1955), e chefiada por António Sousa Torres (1876-1958), “naturalista-geólogo” do museu (Brandão 2008, 286; 2011, 1139). A seleção e preparação de amostras representativas dos “cortes” geológicos realizados foram feitas no museu criado na sede da Missão no Huambo, onde se conservou o grosso dos duplicados.⁶ A estas coleções acrescentaram-se algumas dezenas de fósseis classificados pelo engenheiro Alexandre Borges (1898-1955), sucessor de Sousa Torres na chefia da Missão,⁷ bem como uma apreciável quantidade de fósseis da ilha de Santiago, remetidos por Bacelar Bebian (1894-1967), chefe da Missão Geográfica de Cabo Verde, que constituiu a primeira de várias remessas de fósseis das formações sedimentares daquele arquipélago (fig. 2 A e B).

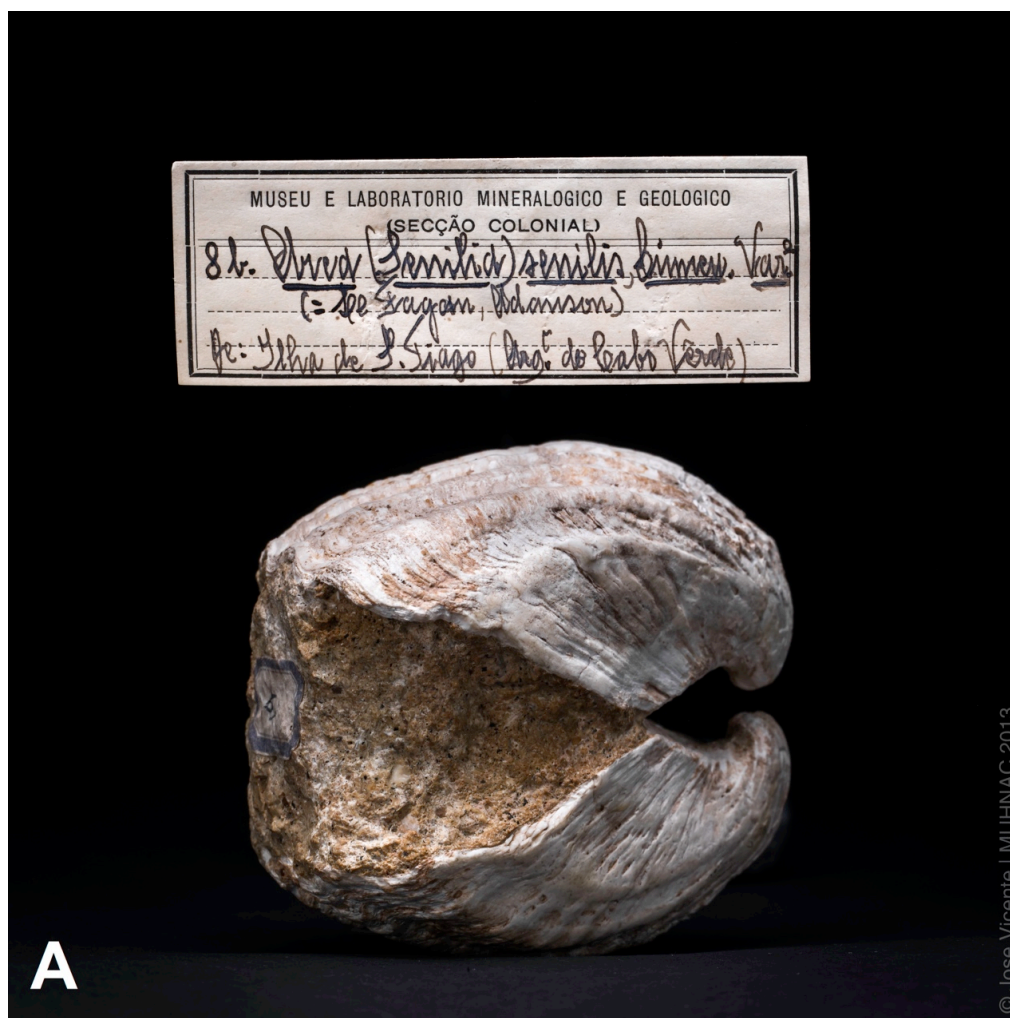


Fig. 2A – *Arca senilis* (bivalve). Acervo do MUHNAC
 © MUHNAC, José Vicente, 2013-2015

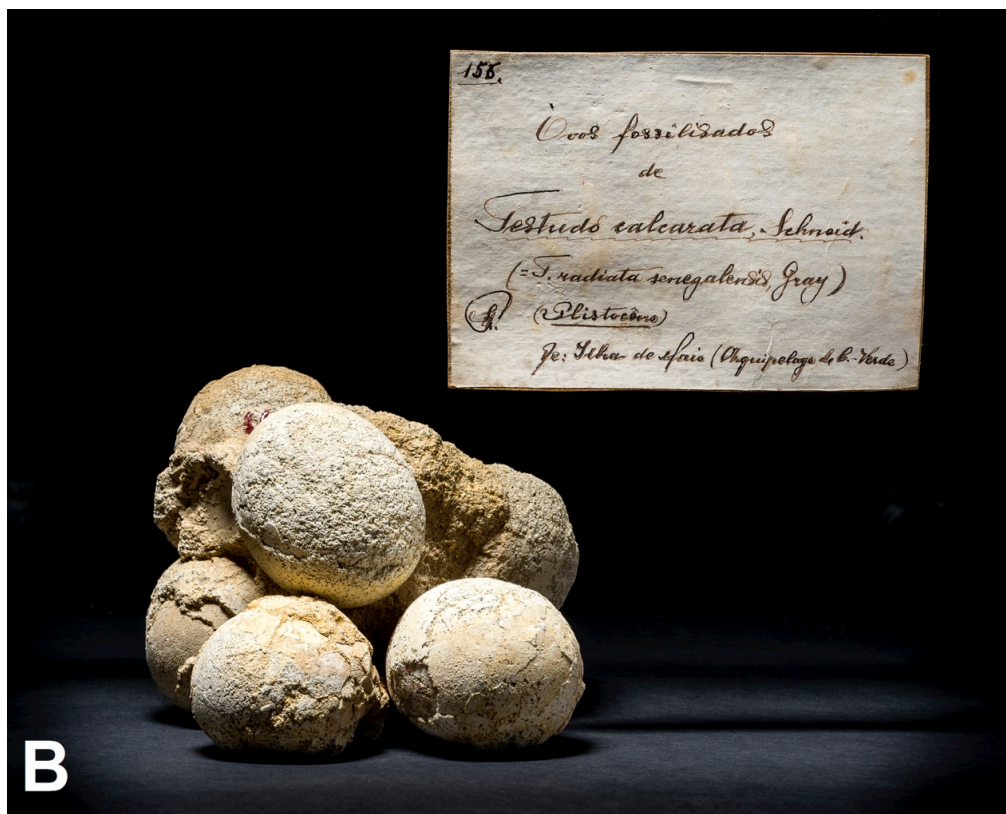


Fig. 2B - Ovos de tartaruga fósseis (*Testudo calcarata*), coleção Bacelar Bebiano, Neogénico de Cabo Verde. Acervo do MUHNAC

© MUHNAC, José Vicente, 2013-2015

- 24 O envolvimento do Museu Mineralógico com a geologia da África portuguesa, terá sido decisivo para a iniciativa do diretor, ainda Francisco Roquette (1844-1931), de propor ao Ministério das Colónias a criação, no museu, de uma secção com carácter permanente, na qual se compilassem, estudassem e catalogassem, «segundo os preceitos científicos», os exemplares mineralógicos e geológicos colhidos nas colónias, bem como os respetivos dados (Roquette 1928, 436). Como pano de fundo, argumentava que «seria uma alta vantagem para o País e para as Colónias, que existissem na Metropole, documentados, todos os elementos de estudo da nossa geologia colonial», acrescentando que o museu já possuía grandes coleções dessas paragens, acessíveis e úteis aos estudiosos. Em sua opinião, as funções essenciais deste novo “centro laboratorial” resumiam-se da seguinte forma: a) compilar e organizar a vasta bibliografia geológica útil às colónias; b) manter numa incessante elaboração, acerca das possessões ultramarinas, as nossas contribuições científicas a enviar às sessões do Congresso Internacional de Geologia; c) informar o Governo sobre a criação de Missões geológicas para as colónias; d) obter das Companhias particulares os dados que interessam à geologia colonial; e) ativar o estudo do numeroso material geológico já colhido e do que venha a coligir-se; f) dar ampla publicidade aos estudos realizados (Roquette 1928, 436).
- 25 Contudo, apesar da entrada de todos estes materiais e da publicação por Carlos Freire de Andrade (1893-1956) de um desenvolvido trabalho sobre a geologia de Moçambique (Andrade 1929), em parte alicerçado nas coleções do museu, a escassez de recursos destinados ao estudo e valorização deste acervo face à premência do seu estudo levaram Sousa Torres a alvitrar a sua transferência temporária para outro local:
- Parece oportuno e certamente conveniente criar-se nos Serviços Geológicos de Portugal uma «secção colonial», embora a título temporário quanto á sua instalação, enquanto as circunstâncias financeiras da nação não permitirem que se dê grandioso vulto ao que deveria ser o «Instituto de Investigação Científica das Colónias» [...] os ditos serviços, teem no seu conselho director funcionarios de alta competência técnica. (Torres 1929, s/p)
- 26 A estreita relação que através do naturalista se continuou a manter com a Missão Geológica de Angola permitiu, além da entrada de novas coleções, manter a ponte com algumas comissões

internacionais, designadamente com a Carta Geológica de África, lançada no XIV Congresso Internacional de Geologia de Madrid (1926), em que aqueles homens participaram.

A agenda colonial da ditadura e o “Mineralógico”

- 27 Pelo final dos anos de 1920 continuavam a ouvir-se protestos pelo atraso no conhecimento científico das colónias e ainda pela carência de infraestruturas. Porém, o governo da ditadura, saída do golpe militar de 1926, tinha em preparação uma agenda em que as questões da afirmação do país, enquanto potência colonial, tinham destaque. A sua implementação propiciou uma rápida centralização consolidada durante o Estado Novo, facilitada pela falência das anteriores políticas autonómicas das colónias.
- 28 Na base do novo olhar estava o entendimento de que o reequilíbrio da economia nacional só conseguiria alcançar-se com a construção de um modelo visando a autossuficiência, baseado na troca de matérias-primas e produtos manufaturados entre as possessões ultramarinas e a metrópole. Importava gizar estratégias que visassem despertar sentimentos de solidariedade para com as colónias e concatenar diferentes competências para produzir um “saber colonial” que afirmasse o Império emergente da publicação do Ato Colonial em 1930.
- 29 Entre as primeiras disposições, refira-se a reestruturação das competências e serviços do Ministério das Colónias, que reconheceu à investigação um papel relevante para o desenvolvimento do ultramar. Os estudos geológicos deveriam ser ampliados e completados «*pari passu*, por estudos de gabinete e de laboratório nos institutos científicos onde exista documentação de consulta e pessoal idoneo necessário» (Decreto 16:835 de 14 de maio de 1929, preâmbulo). Determinava-se finalmente a criação do “Museu Geológico Colonial” dotado de recursos próprios, anexo à Faculdade de Ciências de Lisboa, na dependência da Comissão de Cartografia (Ministério das Colónias) a quem caberia, além da preparação da documentação relativa às colónias e emissão de pareceres sobre futuras missões, a receção e organização de todos os “mostruários” geológicos remetidos pelos governos coloniais. Parecia dar-se corpo às sugestões do museu, do ano transato.



Fig. 3 – Remanescentes do acervo colonial: “Terras e pedras” de Angola preparadas para exposição. Acervo do MUHNAC © MUNHAC, José Vicente, 2015

- 30 Ao decidir desta forma, o legislador tinha certamente presente que embora o museu dos Serviços Geológicos dispusesse de uma Sala de Geologia Colonial, os escassos recursos de que aqueles serviços dispunham mal chegavam para as tarefas prioritárias respeitantes ao

território metropolitano; em contrapartida, do “Mineralógico” anexo à Faculdade de Ciências, tinham partido diversas missões para o estudo da geologia das colónias, de que resultara um significativo acervo, além dos seus investigadores manterem uma ligação privilegiada com África. Assim, parecia ser de toda a conveniência congregar no Museu Nacional a maior parte das amostras que viessem a ser obtidas naqueles territórios, de forma a ali representar todos os elementos respeitantes à sua geologia (AH-MUHNAC 1929).

- 31 O Museu de Geologia Colonial não passou do papel, o que não deve ter sido alheio ao falecimento, nesse mesmo ano, do general Freire de Andrade, certamente um dos mentores do projeto e, por outro, à implementação das novas orientações políticas de Oliveira Salazar (1889-1970). Porém, algumas coisas mudaram: na senda daquela iniciativa, Pereira de Sousa, nomeado catedrático e diretor do museu em 1929, propôs ao Conselho Escolar a abertura de um «curso semestral de Geologia Colonial Portuguesa», inédito nos currículos universitários, que justificava da seguinte forma:

Considerando que Portugal é a 3.^a potência colonial, considerando que o estudo de geologia das colónias está muito atrasado e é indispensável para o conhecimento das suas riquezas; considerando que o Museu de Mineralogia e Geologia da Faculdade é quem em Portugal contém melhores coleções geológicas das colónias, considerando finalmente que este museu é um centro de estudos geológicos coloniais, não só porque o seu pessoal científico é especializado nestes estudos, como nele tem vindo a estudar e aqueles que tem de fazer trabalhos geológicos nas colónias. (Sousa 1930, s/p)

- 32 Embora aprovada, a cadeira destinada aos alunos do último ano da licenciatura, não chegou a funcionar dado o súbito desaparecimento do seu proponente em setembro de 1931⁸.
- 33 Na década de 1930 multiplicaram-se as iniciativas com reflexos na investigação geológico-minerária dos territórios ultramarinos, iniciadas com a realização em Lisboa do III Congresso Colonial (1930), no qual se fez um apelo ao reforço do ensino daquelas matérias nas escolas preparatórias e superiores, e à criação, nestes estabelecimentos, de pequenos museus privativos⁹. O clima de exaltação dos valores coloniais prolongou-se com a participação de Portugal na exposição de Paris de 1931, para a qual a Faculdade de Ciências foi convidada, e com a organização da Exposição Colonial Portuguesa de 1934 (Porto). Foram aqui expostos minerais das colónias por algumas das companhias lá instaladas como a dos Diamantes de Angola, a das Minas de Cobre do Bembe, a Societé Minière et Géologique du Zambeze, e por serviços oficiais, designadamente a Direção Geral Minas (metrópole) e a Direção dos Serviços de Indústria e Minas de Moçambique. Estes eventos culminaram na exposição do Mundo Português em 1940, na qual a geologia ultramarina marcou presença, realização que visava consignar definitivamente a formação de um “pensamento colonial” (Galvão 1934, 15).
- 34 Esta envolvimento e, provavelmente, a falta de consequências práticas do diploma de 1929 terão sido determinantes para a iniciativa de Alfredo Machado e Costa (1870-1952), novo diretor do museu, de concentrar e dispor geograficamente, num único espaço, o acervo ultramarino existente na “Politécnica”, organizando a Sala do Império Colonial do Museu Nacional (fig. 4), aberta em meados de 1936, em sintonia com o clima de exaltação dos valores coloniais:

Mais ou menos dispersas durante largos anos, através das coleções gerais e metropolitanas, pareceu-me que, em homenagem a este Império e aos seus fundadores, pela conquistas e pela pacificação, se deviam concentrar e dispor metodicamente numa sala única [as coleções representativas da riqueza do subsolo dos nossos domínios ultramarinos], criando-se a Sala Colonial do Museu Nacional. (Costa 1938a, 155)



Fig. 4 - Sala do Império Colonial nos anos 1960. Nos armários laterais, segundo Sousa Torres (1936), estavam dispostas as seguintes coleções: 4 a 7 - Cabo Verde (B. Bebiano e F. Newton); 8 - S. Tomé; 9 - Moçambique (R. Braga); Angola (Rego Lima); S. Tomé (F. Newton); Angola (Missão Geológica); 9 a 14 - Angola (Missão Geológica); 12 a 14 - Minérios de cobre de Angola (Dr. Voit); Moçambique (F. Andrade); 14 - Índia; Timor (M. Inglês); 16 - Minerais de Cabo Verde, Angola, Moçambique, etc.

AH-MUHNAC, Foto Abreu Nunes, 1958

- 35 O artigo de Machado e Costa (1936) dá boa nota das existências e disposição relativa das coleções, das quais apenas a dos minerais, pela sua importância económica, viu catálogo publicado. Este revelava, segundo o autor, a distribuição espacial dos recursos do subsolo ultramarino e a sua valorização, visando, pelo seu conhecimento e divulgação, o engrandecimento do mostruário “minero-colonial” do museu (Costa 1938b, V).
- 36 Um despacho do Ministério das Colónias, transmitido à Faculdade, solicitava a observância de que os estabelecimentos onde estavam depositados materiais colhidos em missões promovidas pelos organismos na sua dependência se deviam considerar apenas «detentores desses objetos ou materiais até que a organização do Museu Colonial, ou qualquer outra iniciativa deste Ministério, lhes deem definitivo destino» (Monjardino 1938). Tinha-se certamente em vista impedir a distribuição desses materiais por outras instituições, em benefício do (futuro) Museu Colonial Português. Esta comunicação mereceu de Machado e Costa uma resposta firme, asseverando que o Museu não se prestara a desempenhar o papel «deprimente de fiel depositário das coleções coloniais», situação que seria humilhante, já que, na sua maioria, aquelas tinham ali entrado por determinação dos antigos ministros do ultramar e divididas, em partes iguais, com a Comissão dos Serviços Geológicos. Incorporadas nas coleções gerais, e «perfeitamente conservadas», estas coleções tinham já servido de base a diversos estudos publicados no Boletim do Museu (Costa 1938c, pasta 436).

Colaboração com a Junta das Missões

- 37 A criação da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (JMGIC) em 1936, no quadro do Ministério das Colónias, cuja presidência foi confiada a Bacelar Bebiano, abriu uma nova porta à intensificação da investigação geológica do ultramar protagonizada pela Faculdade e pelo Museu Mineralógico e Geológico.
- 38 O plano estratégico de “Ocupação Científica do Ultramar Português”, delineado por Bebiano, apresentado ao Governo no início da década de 1940, apontava a necessidade de se incrementarem os estudos, aproveitando-se para isso, as universidades e laboratórios da

metrópole onde existiam material de estudo e investigadores cuja colaboração poderia ser solicitada, retomando, em certa medida, o espírito do revogado decreto de 1929. Todavia, o autor fazia questão de sublinhar que a investigação que carecia ao Ministério das Colónias deveria ter por objetivo principal “o aspeto utilitário”, económico, não só porque isso se tornava indispensável à “exploração racional” dos territórios ultramarinos, mas ainda para tornar evidente a utilidade dos trabalhos liderados pela JMGIC (*Ocupação Científica do Ultramar Português* 1945, 30). Esta exigência poderia suscitar alguns conflitos de interesses já que aquelas entidades, no entender de Bebian, se dedicavam principalmente “à pura investigação científica”. Assim, como forma de contornar este inconveniente apontava a premência da constituição do museu ou Instituto Colonial sob tutela da Junta.

[Uma] velha aspiração daqueles que se interessam por assuntos coloniais e que desejam que Portugal, a mais antiga metrópole colonial, possa expor os produtos ultramarinos, os aspectos geográficos, a indústria, as coleções para estudo da flora, fauna, geologia, etnografia, antropologia, etc., num museu de estudo e de divulgação, é assunto que merece ser resolvido com urgência, a par e passo com o da realização da investigação científica. (*Ocupação Científica do Ultramar Português* 1945, 100)

- 39 A JMGIC começou por distribuir um inquérito às universidades e outras entidades científicas (1939), para a inventariação dos recursos disponíveis para incrementar o estudo das coleções e planear uma nova política de investigação. De entre as várias questões formuladas, respigam-se: a) existe algum material colhido nas colónias portuguesas ou estrangeiras que mereça ser estudado? b) esse estudo poderá ser realizado pelo pessoal científico desse organismo? c) não podendo ser feito esse estudo por nacionais entende V. Ex.^a que poderá ou deverá ser cometido esse encargo a individualidades estrangeiras? d) se esse estudo puder ser efetuado por individualidades nacionais o que falta para que tal tarefa se efetue? (*Ocupação Científica do Ultramar Português* 1945, 67). A todas estas questões respondeu o museu favoravelmente, reafirmando, ainda, as suas capacidades científicas e logísticas.
- 40 O estudo dos elementos recolhidos deverá ter estado na base da preparação do decreto de 26 de dezembro de 1945, que reestruturou a Junta e definiu os moldes em que se deveria processar a colaboração com as universidades, consignando subsídios para apoio da investigação a realizar.
- 41 Antecipando-se a estas diretivas, Sousa Torres tomou a iniciativa de propor ao diretor do museu, Carlos Torre de Assunção (1901-1987), as tarefas que considerava prioritárias neste âmbito, entre as quais elegia o “relacionamento sistemático” das amostras da Sala do Império e a execução de lâminas delgadas dos tipos “mais característicos”, bem como a elaboração de um catálogo geral «útil à consulta de cientistas e um guia de vulgarização, ilustrado com fotografias, das amostras definidoras de níveis estratigráficos e das “secções finas” mais típicas» (Torres 1945, documento n.º 443). Esta tarefa, porém, não chegou a concretizar-se.



Fig. 5 – Segmento da coleção petrológica da Missão Geológica de Angola. Acervo do MUHNAC
© MUNHAC, José Vicente, 2015

- 42 O contexto favorável ao estudo das coleções ultramarinas e o (bom) relacionamento com a JMGIC propiciaram o início do estudo de alguns segmentos deste acervo em colaboração com José Pires Soares, com quem Sousa Torres publicou as coleções de fósseis das praias levantadas de Cabo Verde¹⁰, a de rochas da Guiné (colheitas de Henrique O’Donnel) e as de Timor (coleções Magalhães Inglês e Ruy Cinnati) (Brandão 2013b).
- 43 Embora desorganizado, como sublinharam Carvalho e Lopes (1987, 260), o acervo colonial do museu continuou a aumentar com novas ofertas e, sobretudo, em consequência das novas missões de estudo a Angola (C. Freire de Andrade, em 1945), ao Fogo (Torre de Assunção, em 1951), a Moçambique (Pinto Coelho, em 1956) e à Índia, Goa (C. Teixeira, em 1961), entre outras, mantendo-se a Sala do Império intacta até meados dos anos de 1960.

Notas finais

- 44 Ao Museu Nacional de História Natural sedado na antiga Politécnica de Lisboa, afluíram desde o último quartel do século XIX, coleções de minerais, rochas e fósseis coligidas pelos exploradores-naturalistas ao serviço do museu e, de forma voluntariosa, por missionários e agentes da administração colonial civil e militar, a que se juntaram, entre os idos de 1950 a 1970, centenas de amostras colhidas por docentes e investigadores da Faculdade de Ciências envolvidos nas missões geográficas e geológicas promovidas pelo Ministério das Colónias/ Ultramar (v. tabela I). Cumpria-se, desta forma, um duplo objetivo científico: constituir um repositório alargado de materiais representativos das diferentes parcelas do Império e, aumentar o conhecimento e a produção científica sobre a geologia e os recursos minerais desses territórios. Não obstante o trabalho desenvolvido noutras instituições de ensino e investigação portuguesas, o museu da “Politécnica” colocou-se numa posição axial nos estudos de geologia do ultramar.
- 45 O incêndio que em 1978 atingiu o edifício, então partilhado entre a Faculdade de Ciências e o Museu Nacional, destruiu parte considerável das coleções e da documentação associada. No entanto, sectores significativos deste acervo lograram sobreviver, estando hoje acondicionados em salas com condições ambientais controladas e em processo de reorganização e inventariação.
- 46 A “Colecção Colonial de Mineralogia”, segundo o inventário de 1938, agrupava 130 registos de exemplares provenientes sobretudo de Angola e Moçambique e alguns de Cabo Verde. Grande parte resultava de ofertas da Casa Real e de investigadores e personalidades ligadas à exploração mineira. Apesar das perdas no incêndio chegaram até nós, incluídos nesta coleção,

399 exemplares pelo que pode concluir-se que, durante a segunda metade do século XX, a participação de investigadores do museu nos trabalhos das Missões Geológicas e das Brigadas de Geologia e Prospeção Mineira das ex-colónias contribuiu para o desenvolvimento da coleção. Toda ela está inventariada e em base de dados digital.

47 Existem coleções petrológicas de Angola, Moçambique, Timor e Goa (cerca de 800 exemplares). As de Angola e Moçambique ainda ostentam as etiquetas das respetivas missões geológicas (fig. 5). Com exceção para a coleção de rochas de Timor, até agora não se conseguiram encontrar quaisquer inventários relativos a estas coleções, conhecendo-se apenas algumas listas incompletas, em curso de cruzamento com publicações científicas que a elas se referem, no sentido de recuperar alguma informação.

48 Quanto às coleções paleontológicas, são provenientes de Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Timor e totalizam cerca de 3 060 exemplares. Resultam de colheitas realizadas durante as Missões Geográficas de Cabo Verde, as Missões Geológicas de Angola e Moçambique e outras expedições aos diferentes territórios. A quase totalidade dos exemplares conserva a respetiva etiqueta com identificação e proveniência.

49 Embora parte do acervo colonial tenha sido perdido, o remanescente, pese embora o anacronismo da sua constituição enquanto propaganda das virtudes, identidade e “riquezas” do império colonial, pode dizer-se que, para além do seu interesse para a história da ciência em Portugal, mantém intacto o interesse científico enquanto testemunho da geodiversidade desses territórios e enquanto recurso pedagógico.

Bibliografia

AH-MUHNAC. 1929. “Projeto de Diploma: Criação do Museu de Geologia Colonial, 1929.” Arquivo Histórico do Museu Nacional de História Natural e da Ciência (AH-MUHNAC), Min., ST92.199. Material não impresso.

Almeida, F. Xavier. 1868. *Notícia das Coleções da Secção Mineralógica do Museu Nacional de Lisboa*. Lisboa: Typ. Lisbonense.

Anchieta, José de. 1885. “Traços Geológicos da Africa Occidental Portuguesa.” *Boletim Sociedade Geografia Lisboa* 5 (9): 525-529.

Andrade, Carlos Freire de. 1929. *Esboço Geológico da Província de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Brandão, José Manuel. 2008. “‘Missão Geológica de Angola’: Contextos e Emergência.” *Memórias e Notícias* [Publicações do Departamento de Ciências da Terra e do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra] 3: 285-292.

Brandão, José Manuel. 2010a. “O ‘Museu de Geologia Colonial’ das Comissões Geológicas de Portugal: Contexto e Memória.” *Revista Brasileira de História da Ciência* 3 (2): 184-199.

Brandão, José Manuel. 2010b. “O Acervo Colonial das ‘Comissões Geológicas’ de Portugal (1857-1918). Nota preliminar.” In *Coleções e Museus de Geologia: Missão e Gestão*, editado por José M. Brandão, Pedro M. Callapez, Octávio Mateus e Paulo Castro, 385-391. Coimbra: Museu Mineralógico da Universidade de Coimbra e Centro Estudos História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora.

Brandão, José Manuel. 2011. “Bacharel António Sousa Torres (1876-1958): Contributo de um “Naturalista-Geólogo” para a Organização dos Acervos Geológicos das Faculdades de Ciências do Porto e Lisboa.” In *Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências: Livro de Actas*, 1136-1151. Universidade de Coimbra.

Brandão, José Manuel. 2013a. “‘Boas práticas’ na Colheita e Remessa de Produções minerais.” *Geonovas* 26: 75-85.

Brandão, José Manuel. 2013b. “Uma Coleção ‘geo-mineralógica’ de Timor.” *Atas do Colóquio Ciência nos Trópicos: Olhares Sobre o Passado, Perspectivas de Futuro*. Cd. Rom. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Carvalho, A. Galopim, e César Lopes. 1987. “Geociências na Universidade de Lisboa: Investigação Científica e Museologia.” In *Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: Passado, Presente, Perspectivas Futuras*, edição Comemorativa do 150.º aniversário da Escola Politécnica, 247-268. Lisboa: Museu de Ciência da Universidade de Lisboa.

Circular do Ministério dos Negócios da Marinha, de 18 de fevereiro de 1850.

- Costa, A. Machado e, dir. 1937. *Inventário de Minerais. Coleção Geral de Pedras Preciosas e de Minerais de Ornamentação*. [Lisboa]: Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Lisboa.
- Costa, A. Machado e, dir. 1938b. *Inventário de Minerais: Coleção Colonial*. [Lisboa]: Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Lisboa.
- Costa, A. Machado e. 1936. “O Museu Colonial.” *Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Universidade de Lisboa* 2 (5): 69-80.
- Costa, A. Machado e. 1938a. “O Museu Mineralógico e Geológico.” *Revista da Faculdade de Ciências de Lisboa* I (3): 121-175.
- Costa, A. Machado e. 1938c. “Of. de Machado e Costa ao Reitor da Universidade de Lisboa, 7/11/1938.” Arquivo Histórico do Museu Nacional de História Natural e da Ciência (AH-MUHNAC). Min., pasta 436. Material não impresso.
- Decreto de 10 de março de 1892, Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar.
- Decreto de 27 de agosto de 1836.
- Decreto de 29 de dezembro de 1868, Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar.
- Decreto regulamentar de 13 de janeiro de 1862, Ministério dos Negócios do Reino.
- Decreto-lei n.º 35: 395 de 26 de dezembro de 1945.
- Dias, Gastão S., 1939. José de Anchieta. Col. Pelo Império. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Douvillé, Henri. 1931. “Contribution a la Géologie de l’Angola: Les Ammonites de Salinas.” *Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa* 17: 17-46.
- Ferreira, J. Bettencourt. 1892. “O Museu de Historia Natural de Lisboa.” *Revista de Educação e Ensino* VII: 342-350.
- Galvão, Henrique. com., 1934. *O Império Português na Primeira Exposição Colonial Portuguesa: Realizada no Palacio de Cristal do Pôrto de junho a setembro do ano de 1934, Album-catálogo Oficial: Documentário Histórico, Agrícola, Industrial e Comercial - Paisagens, Monumentos e Costumes*. Porto: Agência Geral das Colónias.
- Garcia, Conde de Penha, rel. 1901. “Bases para a Organização de um Museu Colonial como Centro de Informações Coloniaes.” These. Congresso Colonial Nacional. Lisboa.
- Gouveia, Henrique. Coutinho. 1997. “Museologia e Etnologia em Portugal: Instituições e Personalidades.” Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- Júnior, Joaquim Santos. 1940. “Museu Colonial.” Comunicação apresentada no Congresso Colonial, Lisboa.
- Lei de 9 de março de 1858, Ministério dos Negócios do Reino.
- Liceu Normal de Lisboa. 1934. “O Ensino Colonial nos Liceus.” Tese apresentada pelo Liceu Normal de Lisboa, I Congresso de Ensino Colonial na Metrópole. Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa.
- Lima, José M. Rego. 1892. *Les Collections Minéralogiques et Géologiques Installées à la Société de Géographie de Lisbonne*. Lisbonne: Imp. Universelle.
- Lucas, Maria Manuela. 1993. “Organização do Império.” In *História de Portugal*, vol. V, dir. José Mattoso, 285-311. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Monjardino, Augusto. 1938. “Of. do Reitor da Universidade de Lisboa ao Diretor do Museu Mineralógico, 9/08/1938.” Capilha “Missões”. Arquivo Histórico do Museu Nacional de História Natural e da Ciência (AH-MUHNAC). Material não impresso.
- Nascimento, J. Pereira. 1904. “Estudo Mineralógico: Província de Angola.” In *Portugal em África*, 11. Lisboa: Typographia d’A Editora.
- Ocupação Científica do Ultramar Português*. Plano Elaborado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e Parecer do Conselho do Império Colonial. 1945. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Portaria de 26 de setembro de 1864.
- Portaria de março de 1857.
- Póvoas, Liliana, César L. Lopes, Ireneia Melo, Ana I. Correia, M. Judite Alves, Hugo Cardoso, e A. M. Galopim de Carvalho. 2011. “O Museu Nacional de História Natural.” In *Património da Universidade de Lisboa: Ciência e Arte*, coordenado por Marta Lourenço e Maria João Neto, 20-36. Lisboa: Universidade de Lisboa e Tinta da China.

Póvoas, Liliana, e César Lopes. 2010. “Coleções Geológicas: Janelas Sobre o Passado, Reserva para o Futuro.” In *Coleções e Museus de Geologia: Missão e Gestão*, editado por José M. Brandão, Pedro M. Callapez, Octávio Mateus e Paulo Castro, 385-391. Coimbra: Museu Mineralógico da Universidade de Coimbra e Centro Estudos História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora.

Ribeiro, Silvestre, 1879. *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarchia*. Tomo 8. Lisboa. Typ. Academia Real das Sciencias.

Roquette, Francisco. 1928. “Carta do Diretor do Museu, ao Presidente da Comissão de Cartografia do Ministério das Colónias.” Arquivo Histórico do Museu Nacional de História Natural e da Ciência (AH-MUHNAC). 24/04/1928, Min. 436. Material não impresso.

Silva, Joaquim D. 1939. *Dr. José Pereira do Nascimento, Médico Naval Pioneiro da Ocupação Científica de Angola: Apontamentos para uma Biografia*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, Col. Pelo Império.

Sousa, Francisco Pereira de. 1930. “Ata do Conselho Escolar de 12, 13 e 17 de março 1930.” Arquivo Histórico do Museu Nacional de História Natural e da Ciência (AH-MUHNAC). Livros de atas n.º 6 do Conselho Escolar, Faculdade de Ciências de Lisboa, p. 3. Material não impresso.

Torres, António Sousa. 1927. “Notas para o Estudo da Fauna Fóssil do Arquipélago de Cabo Verde.” Boletim da Agência Geral das Colónias 25: 77-82.

Torres, António Sousa. 1929. “Carta Particular de Sousa Torres a João Antunes Guimarães.” Arquivo Histórico do Museu Nacional de História Natural e da Ciência (AH-MUHNAC). 26/2/1929, Min. ST. 92.74. Material não impresso.

Torres, António Sousa. 1945. “Alvitre de A. Sousa Torres a enviar á apreciação do Senhor Presidente da JMGIC, 24/06/1945.” Arquivo Histórico do Museu Nacional de História Natural e da Ciência (AH-MUHNAC), Min. ST.012, documento n.º 443. Material não impresso.

Notas

1 Algumas peças do Museu Colonial estiveram presentes nas exposições internacionais de Filadélfia (1876), Paris (1878) e Antuérpia (1886).

2 À Escola Politécnica sucedeu a Faculdade de Ciências e, por essa via, o museu foi integrado na Universidade de Lisboa com a denominação Museu Nacional de História Natural, confirmada pelo decreto de 10 de outubro de 1926, determinando que as suas três secções são consideradas outros tantos estabelecimentos, designados por Museu Mineralógico e Geológico, Museu Zoológico e Antropológico (Museu Bocage), e Museu e Jardim Botânico.

3 Welwitsch fez também alguns “cortes geológicos”, porém, as amostras perderam-se, ficando apenas as anotações de campo compiladas e publicadas por Paul Choffat.

4 Embora tenha procedido à colheita de exemplares geológicos entre os quais amonites e outros fósseis de Catumbela, posteriormente estudados por Choffat, Anchieta escreveu apenas um único ensaio sobre a geologia de Angola intitulado «Traços geológicos da Africa Occidental Portugueza» (1885).

5 Designação abreviada e corrente do Museu Mineralógico e Geológico.

6 A intenção de remeter para Lisboa parte das coleções decorria da ideia de que os estudos científicos das colónias deviam ser realizados por missões temporárias, sobretudo destinadas à colheita de material de trabalho e preparação da respetiva documentação e de uma fase de gabinete que deveria decorrer na metrópole por exigir material de comparação e bibliografia especializada de que as colónias não dispunham.

7 Alguns destes fósseis foram estudados pelo paleontólogo francês Henri Douvillé (1846-1937), da Escola de Minas de Paris, então considerado uma autoridade em amonites: «Contribution a la Géologie de l'Angola: Les Ammonites de Salinas» (1931).

8 Só largos anos depois Carlos Teixeira (1910-1982), catedrático da Secção de Geologia, promotor do curso livre “Geologia do Ultramar” realizado em 1964, patrocinado pela Fundação Gulbenkian e pela Junta de Investigações do Ultramar, criaria, e assumiria a regência, de uma nova cadeira de “Geologia do Ultramar Português” (1971-1974).

9 «Mesmo nos liceus da capital não pode dispensar-se o museu colonial que é um instrumento de trabalho privativo do liceu, uma extensão das salas de aula, uma aula ele próprio. Não é um mostruário inerte mas um organismo vivo e cativo, com o qual os alunos devem estar permanentemente em contacto» (Liceu Normal de Lisboa 1934, 23).

10 Sousa Torres publicara já, em 1927, uma nota sobre os fósseis terciários da ilha de Santiago remetidos por B. Bebian, aquando da primeira Missão Geográfica àquelas ilhas (Torres 1927, 81). Sublinhe-se que anteriormente, o que se conhecia sobre os fósseis do arquipélago se reduzia praticamente às determinações de James Sowerby, dos exemplares colhidos por Charles Darwin quando ali aportara no regresso do Beagle.

Para citar este artigo

Referência eletrónica

José Manuel Brandão, Liliana Póvoas e César Lopes, « Geologia colonial: o protagonismo do museu da “Politécnica de Lisboa” », *MIDAS* [Online], 5 | 2015, posto online no dia 04 Dezembro 2015, consultado no dia 07 Dezembro 2015. URL : <http://midas.revues.org/804> ; DOI : 10.4000/midas.804

Autores

José Manuel Brandão

Investigador integrado do Instituto de História Contemporânea_Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora. Doutorado em História e Filosofia da Ciência, possui mestrado e estudos pós-graduados em Museologia e licenciatura em Geologia. Desempenhou tarefas técnico-científicas no Museu Nacional de História Natural e de conservador do museu do extinto Instituto Geológico-Mineiro. Colabora regularmente com cursos de formação avançada, nas áreas do património geominero e da museologia. Autor e coautor de diversas publicações no domínio da história e museologia das geociências e da mineração em Portugal, áreas preferenciais de trabalho. josembrandao@gmail.com

Liliana Póvoas

É licenciada em Geologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e pós-graduada em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. É mestre em Paleontologia dos Roedores do Quaternário. Dedicar-se à divulgação da geologia e à museologia. Ocupa-se da gestão de coleções geológicas do Museu Nacional de História Natural e da Ciência (Lisboa). É autora de artigos e publicações sobre paleontologia de roedores, museologia e divulgação da geologia. lpovoas@museus.ulisboa.pt

César Lopes

É licenciado em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e pós-graduado em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Integrou o Museu Nacional de História Natural e da Ciência (Lisboa) onde desenvolveu atividades de programação, gestão cultural e museografia. Interessa-se por história das ciências. É autor de artigos e publicações no âmbito da museologia. cesarlinolopes@gmail.com

Direitos de autor

© Revistas MIDAS

Resumos

O Museu Mineralógico e Geológico instalado na antiga Escola Politécnica de Lisboa incorporou, desde finais do século XIX, centenas de amostras geológicas ultramarinas resultantes de colheitas dos delegados científicos e de ofertas de agentes da administração colonial. Estes materiais propiciaram, além de matéria de publicações científicas, a constituição de um importante repositório das “riquezas” do subsolo daqueles territórios, acessível aos investigadores e a outros interessados desde meados de 1936, quando foi aberta a “Sala do Império Colonial”. Este acervo e as relações privilegiadas com África e com

o Ministério das Colónias (mais tarde Ministério do Ultramar), mantidas por docentes e investigadores, colocaram a “Politécnica” numa posição axial nos estudos de geologia das antigas colónias portuguesas, reforçada através de novas missões em África e na Índia, a partir dos anos de 1960. Apesar dos danos e perdas decorrentes do incêndio de 1978, o remanescente destas coleções, mineralógicas, paleontológicas e petrográficas, em curso de recuperação e inventariação, ainda hoje conserva o interesse, tanto como testemunho da geodiversidade daqueles territórios, como do ponto de vista da história das geociências em Portugal. Ao revisitar e cruzar coleções, documentos de arquivo e publicações, o presente artigo identifica as motivações e os contextos de formação deste acervo colonial, elencando os seus principais atores.

Colonial Geology: the leading role of the Polytechnic School of Lisbon

The Mineralogical and Geological Museum established in the former Polytechnic School of Lisbon, amassed since the late nineteenth century, hundreds of geological samples from overseas, sent by its scientific delegates or through agents of the colonial administration. These collections enabled the creation of an important repository for experts and people interested in the subject. In 1936, it opened to the public as the “Room of the Colonial Portuguese Empire”, whose purpose was to disseminate the knowledge over the mineral resources of those territories. The privileged relation between the museum and its collections, and Africa and the Ministry of Colonies (later on Overseas Ministry), maintained by the museum’s scientific staff, positioned the Polytechnic School into as a central actor in the studies of colonial geology. This position was enhanced with new scientific missions in Africa and India during the 1960s. Despite the damage and losses sustained during a fire at the museum in 1978, the remainder of these collections, currently under of recovery and inventory, still retains great interest as a testimony of the geodiversity of those territories, and of the history of Geosciences in Portugal. Revisiting and bringing together samples, archives and several publications, this paper aims to identify motivations and contexts of the colonial collections, listing its most important players.

Entradas no índice

Keywords : colonial empire, National Museum of Lisbon, Polytechnic School of Lisbon, Mineralogical and Geological Museum, National Museum of Natural History and Science, geological collection

Palavras-chave : império colonial, Museu Nacional de Lisboa, Museu Mineralógico e Geológico, Escola Politécnica, Museu Nacional de História Natural e da Ciência, colecção geológica

Notas da redacção

Artigo recebido a 01.11.2014

Aprovado para publicação a 06.10.2015